

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA
GABINETE VEREADOR MÁRCIO DO SÍTETUPERON

Projeto de Lei Complementar n° _____ CMPV/2014

Divisão das Comissões

Proj. de Lei n° _____

Proj. de Lei Comp. n° 748/2014

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 26/06/14 Horário 11:57

“Altera O art. 99 *caput*, e os §§ 1º e 2º, O inciso IV do art. 118 e o inciso IV do art. 127 da Lei Complementar n° 385, de 1º de julho de 2010, e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO,
usando as suas atribuições que lhe conferem o Inciso IV do Artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto velho,

FAÇO SABER, que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**
aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. O art. 99 *caput*, e os §§ 1º e 2º, O inciso IV do art. 118 e o inciso IV do art. 127 da Lei Complementar n° 385, de 1º de julho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

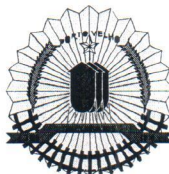
Art. 99. O servidor, em cargo de provimento efetivo, terá direito à licença remunerada, durante o período em que se afastar para concorrer a cargo eletivo.

§ 1º. O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo em comissão, função de confiança, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, até 6 (seis) meses antes da eleição.

§ 2º. A partir da data do afastamento para concorrer a cargo eletivo, até o final da apuração da eleição, o servidor estável, fará jus a licença, assegurada a remuneração integral, contando o vencimento e a gratificação de produtividade, se houver proveniente ao cargo de provimento efetivo.

MSR

Rua Belém, n° 139 - Embratel - CEP: 78905-130 - Fone: 3222-5192 Rondônia



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA
GABINETE VEREADOR MÁRCIO DO SITETUPERON

Art. 118. Ao servidor em cargo de provimento efetivo, investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I

II

III

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção e progressão funcional.

Art. 127. Além das ausências ao serviço previstas no art. 121, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I -

II-

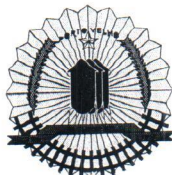
III-

IV - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, inclusive para promoção e progressão funcional.

Art.2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 27 de maio de 2014.


MÁRCIO DO SITETUPERON
VEREADOR-PSB



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA
GABINETE VEREADOR MÁRCIO DO SITETUPERON

JUSTIFICATIVA

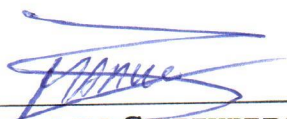
É assegurado ao servidor efetivo licença com remuneração para a promoção da sua campanha eleitoral, desde o registro oficial da candidatura até o dia da eleição, sendo extensivo ao admitido em emprego de natureza temporária (ACT e CLT).

Aplica-se a licença ao candidato que exerce suas funções em um determinado município, mas concorre a cargo eletivo em outro município.

Sendo a desincompatibilização obrigação do candidato, a Administração Pública não poderá obrigá-lo a afastar-se de suas atividades, pois eventual processo de inelegibilidade é impetrado contra o mesmo, que assume todas as penalidades (Lei Complementar Federal nº 64/1990).

Por isso conto com a aprovação deste Projeto de Lei pelos meus pares, na Câmara Municipal de Porto Velho.

Sala das sessões, 27 de maio de 2014.


MÁRCIO DO SITETUPERON
VEREADOR-PSB